

DALVA MARIA DA MOTA*
HERIBERT SCHMITZ**
JOSUÉ FRANCISCO DA SILVA JUNIOR***

CONFLITO E CONSENSO PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS NO EXTRATIVISMO DA MANGABA¹

Nosso objetivo neste artigo é analisar os processos de disputa pelo acesso aos recursos (terra, plantas e serviços) entre os atores relacionados ao extrativismo da mangaba em Sergipe. A partir de uma experiência de pesquisa e intervenção, diferentes situações foram tomadas como objeto de observação no período 2003-2010. Entrevistas abertas e histórias de vida foram realizadas com atores-chave. As principais conclusões mostram que a mobilização das catadoras, apoiada por agentes externos, influenciou na construção da visibilidade social das mesmas e na intensificação dos conflitos com proprietários de terra e outros. O motivo central dos conflitos é a apropriação dos frutos e o corte das plantas. Neste processo, foi evidenciado o antagonismo entre dois projetos: 1. os que defendem a coexistência do extrativismo com outros modos de acesso aos recursos, valorizando o papel das catadoras na conservação dos recursos in situ; e 2. os que defendem a domesticação das plantas em áreas privadas com crédito e assistência técnica para diferentes tipos de produtores com terra (catadoras e demais), em detrimento do extrativismo.

Palavras-chave: catadoras de mangaba; conservação in situ; alianças; disputas.

* Doutora em Sociologia; pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental; Belém-PA; Bolsista de produtividade do CNPq. dalva@cpatu.embrapa.br

** Doutor em Ciências Agrárias, professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA; Bolsista de Produtividade do CNPq. heri@amazon.com.br

*** Mestre em Fruticultura Tropical; pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju-SE. josue@uep.cnps.embrapa.br

¹ Pesquisa realizada com recursos CNPq/Embrapa.

INTRODUÇÃO

Os processos de disputa pelo acesso aos recursos de diferentes naturezas (terra, plantas e serviços) entre os atores relacionados, direta ou indiretamente, com o extrativismo da mangaba² constituem o foco das nossas reflexões neste artigo. O universo de pesquisa foi o Estado de Sergipe, líder nacional na produção e no consumo dessa fruta, oriunda do extrativismo praticado por aproximadamente 2.500 mulheres que se autodenominam catadoras de mangaba³ (MOTA et. al., 2007a, p. 9). Por se tratar de uma experiência de pesquisa e intervenção, diversas situações de concorrência e de aliança foram tomadas como objeto de análise desde o ano de 2003. Dada a particularidade do tema e a simultaneidade do papel dos pesquisadores como analistas e participantes da experiência, três procedimentos metodológicos foram inter cruzados, quais sejam: 1. observações em encontros e reuniões com a participação exclusiva das catadoras ou de suas lideranças ou quando se reuniam com outros atores como pesquisadores, técnicos e dirigentes institucionais em diferentes espaços; 2. realização de entrevistas e histórias de vida com catadoras, donos de terra, pesquisadores, técnicos da extensão rural, lideranças rurais, dirigentes institucionais e empresários nos seus locais de trabalho ou residência; e 3. participação para observações no decorrer das jornadas de trabalho (coleta e venda dos frutos) e nos processos de pós-coleta e de agregação de valor à mangaba.

Metodologicamente, a nossa análise incide sobre o período de 2007-2010, compreendendo que nas últimas cinco décadas a exploração agrícola e turística das áreas de ocorrência das mangabeiras⁴ (ecossistemas litorâneos) foi gradativamente intensificada. Ali, prevaleceu “a visão do vazio demográfico que embasava as políticas públicas...”, à semelhança do ocorrido na Amazônia (FERRETTI et al., 2009, p. 6); nos cerrados nordestinos (MORAES, 2002); na Chapada Diamantina (BRITO, 2005), assim como nas Chapadas do Alto Vale do Jequitinhonha e no Jalapão, como podemos observar em expedições realizadas em 2009 e 2010. No caso de Sergipe, agrega-se à noção de “vazio” a argumentação de baixa rentabilidade econômica dos empreendimentos outrora existentes e a sua natureza familiar (FONSECA et al., 2009).

Em tais situações, a diversidade sociocultural e os modos de uso dos recursos dos que viviam naquelas regiões há várias gerações, mas sem o

² Fruto da mangabeira, espécie nativa das áreas de restinga, tabuleiros costeiros e cerrados do Brasil, muito apreciado no Nordeste brasileiro nas formas de suco, sorvetes e doces.

³ Categoria nativa utilizada por grande parte dos que coletam, vendem e consomem mangaba para designar as mulheres que praticam o extrativismo da mangaba em Sergipe

⁴ Seu nome científico é *Hancornia speciosa* Gomes (de “Hancornia” em homenagem ao botânico Philip Hancorn, e “speciosa”, que significa bela, magnífica, vistosa).

título da terra, e que estavam imersos em outros sistemas de relações, não necessariamente mercantis, não foram considerados na execução das políticas públicas. Isto provocou, simultaneamente, a expulsão de expressivos contingentes populacionais e o insulamento dos que ficaram e tiveram que reestruturar os seus modos de vida “recriando-se dentro de cenários em mudanças” (MORAES, 2002, p. 255). Dentre estas mudanças, destacaram-se a reconfiguração da composição de muitas famílias mediante a migração, frequentemente sem retorno dos homens que partiram para buscar novas possibilidades como assalariados em centros urbanos distantes (Rio de Janeiro e São Paulo), e a reorganização da combinação do extrativismo com outras atividades.

Nos processos de ocupação por recém-chegados⁵ para diversificação das atividades e a consequente valorização mercantil das terras, antigos habitantes muitas vezes redimensionaram os seus espaços de circulação em face da restrição de áreas nas quais podiam praticar o extrativismo livremente. Paralelamente, membros das famílias necessitaram recorrer a ocupações temporárias e, assim, intensificaram as estratégias de alternância entre atividades no turismo e aquelas tradicionais com o aumento da “dependência mercantil para atender ao consumo produtivo e improdutivo” (Neves, 2003, p. 47).

Neste conjunto de transformações, as mulheres que praticavam o extrativismo foram significativamente afetadas pela diminuição da oferta dos recursos naturais (plantas, moluscos e crustáceos) por serem, muitas vezes, responsáveis pela família e, assim, terem entre as suas atribuições o papel de “conciliar” as tarefas domésticas e extracasa (HIRATA, 2003, p. 17), dificultando a obtenção de postos de trabalho (pelas discriminações de gênero) e a migração. Além do mais, compete predominantemente às mulheres a coleta da mangaba e dos produtos do mangue (crustáceos e moluscos) na divisão social do trabalho dos que praticam o extrativismo em Sergipe. Assim, elas afirmam que têm vivenciado mais diretamente o impedimento do acesso às áreas tradicionalmente utilizadas, sofrendo diferentes tipos de violência impostas pelos seus opositores (responsáveis pelos viveiros de camarão e por propriedades agrícolas, proprietários de sítios e de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas), como ameaça de agressão física e denominações orais consideradas como ofensivas.⁶

Mesmo que tal quadro tenha contribuído para transformar as condições de acesso aos recursos e, assim, acirrar o processo de diferenciação social das

⁵ Empresários (da agricultura, do turismo e da carcinicultura) e cidadãos que têm uma segunda residência.

⁶ Ladras, vagabundas e irresponsáveis.

catadoras de mangaba, apenas algumas delas confrontaram-se oralmente com aqueles que realizaram ações de impedimento. A maioria, entretanto, optou por não se opor abertamente, preferindo iniciativas individuais e sorrateiras de resistência através do corte de cercas, coleta de frutos no período noturno ou quando não tinha nenhum responsável pelo estabelecimento naquelas áreas interditadas. Independentemente da opção das catadoras, havia unanimidade entre elas quanto à intensificação da devastação do recurso, o que confirmava a hipótese inicial dos pesquisadores.

Foi a partir deste consenso que, em 2007, foram articuladas algumas ações entre pesquisadores e catadoras para alcançar o reconhecimento delas como sujeito coletivo e, assim, tentar impor limites à onda de destruição e privatização dos recursos. Essas ações provocaram reação por parte daqueles que se sentiram ameaçados. Esse processo tem sido marcado pela concorrência entre os diferentes atores para a conquista de aliados e reconhecimento dos seus interesses, como analisamos neste artigo que está estruturado em três partes. Na primeira, tratamos das disputas recentes em torno do reconhecimento e da construção da visibilidade social das catadoras de mangaba. Na segunda, contrapomos os projetos em concorrência identificando os atores a eles aliados, assim como os processos que têm influenciado na persistência ou não de seus propósitos. Na última parte, são apresentadas as reflexões finais.

Neste artigo consideramos as disputas como sinônimo de conflitos, uma das formas mais ativas de socialização no sentido tratado por Simmel (1995), para quem o conflito também é um fenômeno “positivo” da vida social, um elemento do regulamento social, e não um acidente na vida das sociedades (FREUND, 1995, p. 12; SCHMITZ et al., 2010). Muito embora Simmel ofereça o arcabouço teórico fundamental, consideraremos os conflitos como uma forma de associação que combina harmonia e discórdia (VANDENBERGHE, 2005), mas também dissociação, a depender da escala. Ou seja, o conflito não é mais ou menos associativo ou dissociativo, porque ambos podem ser intensos ou moderados e proporcionarem o surgimento de novas relações sociais.

DA INVISIBILIDADE SOCIAL À AÇÃO COLETIVA

Os pesquisadores (re)conhecem as catadoras de mangaba

No início de 2003, pesquisadores interessados inicialmente na conservação *in situ* dos recursos genéticos da mangabeira localizaram áreas de acesso

livre em bom estado de conservação em todo o Estado de Sergipe, não obstante a intensificação da devastação. Ali, fizemos contato com diferentes catadoras e catadores para compreender as suas práticas no manejo das plantas em terras devolutas e privadas (proprietários absenteístas, daqueles que as mantinham como reserva de valor ou dos que permitiam o acesso dos extrativistas aos seus estabelecimentos) e as formas de gestão dos recursos (SCHMITZ et al., 2009). Mediante tal interesse, obtivemos permissão para participar de algumas das suas jornadas de trabalho no campo e observar o trabalho de pós-colheita nas suas residências. Nestas ocasiões, as suas práticas eram detalhadas oralmente e demonstradas mediante o nosso interesse. Em contrapartida, era frequente a solicitação de informações sobre os serviços prestados pela Embrapa e outras instituições, assim como pelos programas de políticas públicas, a exemplo do Bolsa Família. Em uma ou outra situação, intermediamos contatos com a imprensa local e nacional para a realização de matérias sobre o extrativismo, ocasiões em que existia uma grande excitação e concorrência quanto a quem seria o porta-voz do grupo. O contato entre atores pertencentes a diferentes “mundos”, mas interessados na conservação das plantas, contribuiu para a constituição de uma aliança, cujos participantes também tinham interesses específicos.

Após alguns meses, constatamos a intensificação dos constrangimentos ao acesso às plantas para a prática do extrativismo (PEREIRA, 2008), particularmente via formas de apropriação dos recursos estimuladas pelas políticas públicas (carcinicultura, expansão de cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar, infraestruturas turísticas etc.). Em reação, iniciamos uma sucessão de submissões de projetos às agências financiadoras para obtenção de recursos que favorecessem a explicitação dos impedimentos vivenciados no auge da valorização dos povos e comunidades tradicionais, nos primeiros anos do governo Lula. Não foi por acaso que numa das primeiras submissões anunciávamos que “foi identificado um novo tipo de população tradicional: os catadores de mangaba e de produtos do manguezal”.⁷ Naquele momento, seduzidos pelo aceno das políticas públicas, rendemo-nos à associação rápida entre extrativismo e populações tradicionais, reforçando o uso desta noção, sem a devida reflexividade quanto ao debate corrente (CASTRO, 2001; ESTERCI, 2002; ESTERCI et al., 2002; BARRETO FILHO, 2006; dentre outros autores).

Aprovado o primeiro projeto de pesquisa, observamos que nas idas a campo acompanhávamos sempre as mulheres, e, pouco a pouco, os homens, autopromovidos a interlocutores nos contatos iniciais, retornaram aos seus

⁷ Proposta submetida e aprovada no Edital Universal do CNPq (2004) sob a denominação “Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano”, desenvolvida pelos três primeiros autores deste artigo e alunos de pós-graduação.

afazeres (pesca, agricultura, assalariamento etc.). Após o mapeamento das áreas e a identificação do perfil das catadoras e das suas práticas para a manutenção de recursos fundamentais à biodiversidade, constatamos que o problema do impedimento do acesso às plantas se repetia em todo o Estado de Sergipe. Assim, decidimos realizar diferentes encontros para discutir os problemas por elas enfrentados e delinear ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida e da biodiversidade (MOTA et al., 2007a). Em todos os encontros, a expressão “catadoras de mangaba” no título refletia o propósito em destacar a exclusividade da participação das mulheres num dado evento. Por não se reconhecerem nos títulos dos eventos, os homens (catadores ou não) protestaram, inclusive com denúncias orais aos setores competentes na Embrapa. Lideranças de Colônias de Pescadores, por sua vez, desanimaram as catadoras a participar dos mesmos, sugerindo que os membros da sua família (companheiros, pais ou irmãos) poderiam perder o direito ao “defeso”,⁸ “pois quem é pescador, não é catador”. Assim, tentavam sujeitá-las à dependência dos homens.

Não nos passou despercebido que as organizações formais locais preexistentes (associações, colônias de pescadores e sindicatos, nos quais as catadoras não tinham representação formal) não foram consideradas naqueles eventos. A decisão se embasava na compreensão de que era urgente consolidar um conjunto de informações para alimentar os novos diálogos e construir representações políticas num contexto de disputas pelo reconhecimento daquele grupo pelo Estado. Com este propósito, reivindicamos e obtivemos permissão para participar, juntamente com três catadoras, da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) em dezembro de 2007, ocasião em que a denominação “catadoras de mangaba” passou a constar oficialmente na lista das populações extrativistas do Brasil.

Paralelamente, apelos importantes foram feitos à memória das catadoras para recordar as suas histórias de trabalho e de acesso aos recursos e, assim, reavivar uma memória coletiva que envolve recordações individuais, mas não se confunde com elas (HALBWACHS, 1994). Nos seus discursos a associação entre um passado com acesso livre e sem conflitos aos recursos contrapõe-se a um presente de reconhecimento quanto ao que foi perdido e está em vias de se perder em se tratando do acesso aos mesmos.

As diferentes iniciativas foram parte do investimento na construção de um sujeito coletivo, daí por que a exclusividade das mulheres nos diferentes eventos, tanto para reforçar a categoria de autodenominação “catadoras”,

⁸ Modalidade de seguro-desemprego que dá assistência financeira temporária ao pescador no período em que está proibido de exercer sua atividade.

como para evitar que os “outros” falassem por elas. Como visto, os “pesquisadores exercem também sua parcela do poder de nomear, de fazer reconhecer e de arbitrar, quando há disputas em torno das classificações” (ESTERCI, 2002, p. 51) nos processos de construção da visibilidade social das catadoras de mangaba.

No processo de construção do reconhecimento das catadoras de mangaba como sujeito coletivo, a articulação das categorias trabalho, direito e exclusão social foram fundamentais. Em se tratando do trabalho, duas ideias centrais são indissociáveis: a valorização do trabalho manual e a noção de vítima decorrente da interdição do acesso aos recursos tradicionalmente utilizados através de diferentes tipos de violência (ameaças, assédio moral). Tanto a valorização do trabalho manual, quanto a noção de vítima se contrapõem ao pressuposto de que o extrativista é associado à pilhagem ou destruição (EMPERAIRE; LESCURE, 2000; LESCURE, 2000).

A matriz da visibilidade tem também se constituído em torno da perda do acesso aos recursos, condição que influencia no reconhecimento das mulheres como vítimas pelo empobrecimento das suas condições materiais e pela constante ameaça de perda do acesso aos recursos que garantem cerca de 70% dos seus rendimentos (MOTA et al., 2007), mesmo que recentemente a visão corrente das mulheres como “vítimas” venha sendo questionada (PAULILO, 2004), principalmente diante dos seus reposicionamentos nas diferentes arenas de negociação. Esta noção tem constituído um dos conteúdos mobilizados para a interlocução em torno de como querem ser reconhecidas conjuntamente.

Como afirma Wieviorka (2009),

[...] a maioria das identidades que pedem para ser reconhecidas comporta dimensões vitimistas. Para surgirem no espaço público, para obterem certa legitimidade, os atores evidenciam as destruições, das quais o seu grupo, num passado mais ou menos longínquo, teria sido vítima, os erros históricos do estado e da nação que os abrigam e que os teriam esquecido, negado, ou minimizado, as feridas que continuam a marcar sua existência (WIEVIORKA, 2009, p. 15).

Esta é a face negativa da identidade, realçando uma destruição, uma negação, um questionamento da sua integridade física ou moral e, no mínimo, uma desqualificação ou até uma estigmatização. Isto não impede a concomitância de uma face positiva que enriquece o próprio grupo e os demais, como é a associação aos saberes acumulados pelas catadoras em relação à conservação. Além disso, a intensificação da relação entre atores situados em mundos distintos contribui para a construção da visibilidade

social das catadoras de mangaba e influencia na projeção e reelaboração de suas imagens em diferentes situações de concepção e execução de políticas públicas, de mobilização das mulheres extrativistas, dentre outros.

Em se tratando dos direitos, atores afiliados a posições distintas constroem seus argumentos num contexto em que o amparo legal não reflete as regras constitutivas do direito consuetudinário de acesso aos recursos (SHIRAISHI NETO, 2006; CARDOSO et al., 2010). Por esta razão, a noção de direito é variável no tempo e espaço para grupos que acessam os recursos a partir de diferentes relações, quer sejam catadoras de mangaba em áreas de acesso comum, posseiros, trabalhadores assalariados clandestinos quer sejam quebradeiras de coco babaçu (SIGAUD, 1979; ANDRADE, 1986; LAGO, 2002; MAGALHÃES, 2003; FIGUEIREDO, 2005; SCHMITZ et al., 2009). No caso das catadoras de mangaba, elas consideram que as árvores “já estavam lá” e, por direito, não têm dono, compreensão partilhada por diversos grupos denominados de comunidades tradicionais como analisado em território quilombola na ilha de Marajó. Para estes, “tudo aquilo que foi dado pela natureza, por Deus, a todos pertence” (CARDOSO, 2008, p. 157-158).

No processo de construção da visibilidade social das catadoras de mangaba, a noção de direito é veiculada a partir de diferentes pretensões e projetos que variam segundo as estratégias e as mobilizações (Scherer-Warren, 2002) em torno de temas nem sempre consensuais, tais como: liberação das áreas cercadas, garantia de acesso livre às áreas privadas, posse de terra. Assim, mesmo que a noção de direito tenha um núcleo comum, possui especificidades que contribuem para a construção do que é “ser” e “viver” a condição de catadora de mangaba num contexto de heterogeneidade social, tanto quanto ao acesso aos recursos⁹ como às relações que estabelecem nos lugares em que vivem.

Assim, os diferentes atores vivenciam situações de oposição e de disputas, nas quais ensaiam a construção de projetos que balizam as suas concorrências. Neste sentido, corroboramos a hipótese sugerida por Porto (2009) de que para dados segmentos sociais a aceitação e a explicitação da diferença, por meio das quais este segmento se autodefine, são um recurso que visa, em última instância, à inserção social, cultural, simbólica, econômica e, portanto, à eliminação da diferença. A expressão de uma catadora “Nós nunca fomos ouvidas” soa comparativamente a outros grupos que são ouvidos, questionando a falsa dicotomia entre diferença e igualdade. Aliás,

⁹ Catadoras dependentes do acesso em áreas de uso comum, catadoras proprietárias de um pequeno sítio que não permitem o acesso de terceiros, catadoras assentadas da reforma agrária, catadoras proprietárias que permitem o acesso de outras.

segundo a autora, os atributos que definem uma identidade, individual ou coletiva, são justamente aqueles que estão ausentes em outras.

A emergência do movimento das catadoras de mangaba

A construção da visibilidade social se dá num campo de disputas, inclusive entre segmentos de extrativistas. No caso específico das catadoras e dos seus adversários trata-se de uma oposição na qual não existia uma ação formal das catadoras até pouco tempo atrás. Ainda em 2007, constatamos a quase invisibilidade destas disputas por se tratar de grupos sociais, constituídos em sua maioria por mulheres, pouco organizadas politicamente e, em grande parte das vezes, excluídas da posse da terra e das políticas públicas. Além disso, não tinham o reconhecimento coletivo como catadoras de mangaba, muito embora transitassem em diferentes espaços vendendo as suas frutas.

Nos últimos anos, entretanto, a situação mudou. De um lado, pela atenção dada a este segmento social por um grupo de pesquisadores e técnicos. De outro, pela valorização das frutas e, consequentemente, da importância das catadoras para o fornecimento das mesmas (90% provenientes do extrativismo em 2007). Provocadas pelos diversos tipos de disputas e apoiadas pelas alianças recentes, as catadoras de mangaba começaram a reagir e se constituir como sujeitos coletivos nesse processo, persistindo nas reações individuais e sorrateiras (transgressões clandestinas), mas também conformando uma reação organizada.

Marco fundamental neste processo foi a realização do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, em 2007, quando foram erguidas as bases para a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM (MOTA et al., 2007a). A mobilização e o financiamento desta iniciativa foram de responsabilidade dos pesquisadores e técnicos, compartilhada com representantes de outros órgãos públicos ou da administração municipal que, por uma questão de afinidade com a temática (intelectual e/ou política), foram se agregando à equipe. A mobilização imediatamente antes deste encontro foi realizada pelos próprios pesquisadores. Eles já tinham contatos prévios com as catadoras e haviam percebido que elas não acreditavam que alguém poderia financiar o deslocamento e a permanência durante dois dias para discutir os seus problemas num hotel na capital do estado.

Apesar da novidade de viajarem juntas e se encontrarem com mulheres de diferentes partes do estado, as catadoras demonstraram muito desconforto em permanecer sentadas por dois dias. Explicitaram também muita alegria

nos momentos de descontração, nos intervalos e nas refeições. Ao final do encontro cada uma delas explicitava que não poderia ficar fora do próximo.

A realização deste evento e dos subsequentes¹⁰ tratou claramente de uma intervenção externa com programações sugeridas pela equipe de pesquisadores e técnicos. Porém, não se pode subestimar o efeito da visibilidade de aproximadamente 100 catadoras reunidas por dois dias, ouvindo os depoimentos umas das outras, discutindo os seus problemas e propostas, com algumas delas se pronunciando inclusive na televisão local. Muitas das que se pronunciavam no microfone, não raras vezes, tinham crise de riso (dado o nervosismo) e, assim, eram frequentemente interrompidas pelas demais para a complementação de uma ideia, tal era o ímpeto em falar de si. Pouco a pouco, o nervosismo foi substituído pela coragem de falar em público por algumas. A palestra de abertura, proferida por uma liderança do movimento das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, impressionou muito as catadoras, principalmente quando ela falou “Quem tem medo sofre mais” e mostrou num vídeo como elas pularam as cercas para ter acesso ao coco babaçu. Este conjunto de ideias e imagens influenciou para que o tema prevalente no Encontro fosse a garantia do livre acesso às áreas de mangabeiras e ecoasse por muito tempo nos debates, muito embora os desdobramentos das disputas influenciem na adoção de novos propósitos, como analisaremos na última parte deste artigo.

A base inicial para a constituição do MCM no I Encontro das Catadoras de Mangaba contou com uma comissão¹¹ formada por pesquisadores, representantes de órgãos públicos¹² e catadoras (seis de um total de 14 membros). A escolha das representantes das catadoras não foi fácil, pois poucas tinham coragem para falar em público. Mesmo assim, elas reuniram-se em pequenos grupos por município e escolheram a sua representação. O momento de aprovação da comissão foi de muitos aplausos, evidência do reconhecimento de uma representação compartilhada entre elas e os “outros”.

Analisando-se o processo descrito anteriormente, a constituição do MCM foi resultante de uma intervenção externa, iniciativa muito comum na criação de movimentos sociais, especialmente quando se trata de participantes com “poucos recursos”, como enfatizado pela abordagem teórica da mobilização de recursos (TARROW, 1998). Porém nem sempre esses

¹⁰ Três encontros regionais denominados de Capacitação Solidária entre as Catadoras de Mangaba em 2008 e quatro reuniões das lideranças em 2008, 2009 e 2010.

¹¹ Comissão de Defesa das Catadoras e dos Remanescentes de Mangabeiras de Sergipe, depois Comissão do Movimento das Catadoras de Mangaba.

¹² As “instituições” presentes na comissão eram: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Adema/SE, Incra-SE e Universidade Federal do Pará (UFPA).

recursos externos facilitam a emergência e atuação de um movimento social. O MCM foi chamado o “movimento da Embrapa”, pela concentração das atividades nas dependências daquela instituição; o “movimento de fulano”,¹³ pela presença persistente de alguns dos seus pesquisadores e aliados em todos os eventos alusivos às catadoras de mangaba, justo por suas contribuições na elaboração de documentos, relatórios e cartas essenciais à formalização do MCM. Após cinco meses de existência do MCM, foi feita uma tentativa de retirada dos pesquisadores da coordenação, o que não agradou as catadoras, pois elas sentiram-se “abandonadas”. Uma catadora assumiu a presidência, antes representada por uma dupla (catadora/pesquisadora). Mesmo assim, o apoio dos pesquisadores e técnicos da Embrapa continuou, sendo a referência para a emissão de correspondências e telefonemas, ou seja, para a vinculação entre as catadoras e outros agentes. Em 2008, entretanto, esta situação mudou com a emergência de uma liderança jovem, filha e neta de catadoras,¹⁴ que atuou para a ampliação das parcerias em vários sentidos (produção de bombons de mangaba, formação de associações de catadoras, participação em eventos nacionais) e conquista de políticas específicas.

Em todo o processo de constituição do MCM, têm sido construídos símbolos, como as logomarcas e os hinos, que influenciam na criação do sentimento da pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma ideia do coletivo, como analisado por Blumer (1951). Assim, no I Encontro das Catadoras de Mangaba em 2007, a logomarca foi composta pela imagem de uma mulher de costas portando uma vara com gancho¹⁵ no processo de retirada de uma mangaba. A supervalorização da atividade contrasta com o posicionamento da mulher: solitária e de costas, mesmo que o título trate das catadoras no plural. Já na logomarca do MCM, em 2008, consta a imagem da mesma mulher repetida três vezes, ou seja, há uma iniciativa de mudança do enfoque solitário de uma catadora para um grupo que pratica a mesma atividade sugerindo indícios de mobilização, mas sem chamar atenção para características de outra natureza que não aquelas de uma atividade feita por mulheres. Nos dois casos, foram decisões tomadas por membros da equipe que, até aquele momento, continuava apoiando toda a parte burocrática do MCM e buscava estabelecer

¹³ Nome dos pesquisadores.

¹⁴ Com acesso à internet e telefone.

¹⁵ O gancho juntamente com um recipiente para transporte das frutas (balde, cesto, sacola de plástico) é o principal instrumento de trabalho das catadoras. O gancho pode ser de ferro acoplado a uma vara ou de madeira (vara com a extremidade em forma de um gancho retirada de árvores de região, que pode ser pau do mangue, muricizeiro ou outros). A utilização do gancho é individual e os seus tamanhos variam em função da preferência, altura das árvores etc. Algumas vezes pode se usar um gancho emprestado de vizinhos ou de parentes segundo acordos específicos.

alguns símbolos para lograr o reconhecimento de uma identidade para o movimento no decorrer do processo.

A logomarca do II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, realizado em 2009,¹⁶ foi criada por um publicitário e inspirada em fotos das catadoras de mangaba em diferentes situações. A citada logomarca está formada por duas catadoras com características pessoais diferentes: atitude, corpos e vestuário. Cada uma delas porta objetos, também diferentes, mas que se complementam. Uma delas carrega um balde e um gancho e a outra um cesto repleto de frutos. Ao mesmo tempo em que elas se diferenciam, elas se complementam, porque uma porta o gancho (um dos símbolos do extrativismo da mangaba) e a outra o cesto. A imagem provoca sentimentos diversos, como expressou uma catadora: “é igualzinho a gente, é nós!”; uma das organizadoras do evento: “não gostei, lembra o tempo da escravidão”; um pesquisador: “é claro que elas estão juntas e têm tempo para conversar”; e uma estudante de pós-graduação participante do evento: “isso me lembra uma imagem de tristeza, reflexão, como se elas estivessem olhando para o futuro”.

De um modo ou de outro, os diferentes símbolos sugeridos (há também os hinos compostos no II Encontro) apontam para os aspectos positivos do trabalho das catadoras de mangaba, num contexto de divergências quanto ao sentido da atividade.

Discriminações positivas e negativas na construção de uma identidade

Pelo analisado, consideramos que o processo de mobilização das catadoras de mangaba resultou na conquista do reconhecimento das mesmas, local e nacionalmente. Como paradoxo, elas vivenciam uma drástica redução do acesso aos recursos, o que tem influenciado nas suas discriminações positivas, recentemente reconhecidas. Isto porque o impedimento do acesso às mangabeiras incide de forma direta na desestruturação da sua condição de catadora, inclusive com a emergência de novos tipos de disputas internas ao grupo para ter acesso aos recursos com a perspectiva de desrespeito às regras consuetudinariamente construídas.

Grosso modo, as primeiras análises sobre as catadoras de mangaba chamavam a atenção para um ideário de reforço ao uso comum dos recursos naturais em áreas de acesso livre, segundo uma noção prevalente de que a elas cabia o papel de cuidar desses recursos (SANTOS, 2007; SCHMITZ et al., 2009). Naquele momento, ainda não era visível nenhuma iniciativa

¹⁶ Paga com recursos de um projeto de pesquisa coordenado por uma pesquisadora da Embrapa.

de constituição das mesmas em sujeitos coletivos e, assim, elas não representavam nenhum tipo de ameaça aos proprietários das áreas nas quais praticavam o extrativismo.

Com a constituição do MCM em 2007 e a expressa reivindicação das catadoras pelo acesso livre às áreas de mangabeiras, há uma evidência rápida da associação entre catadoras, pilhagem e destruição, veiculada pelos seus opositores com a persistente divulgação de que as frutas advindas do extrativismo são pouco adequadas para o processamento pelo fato de serem sujas e em estádios diversificados de maturação.

A condição objetiva de acesso livre ou privado, no passado recente, estimulou a construção de imagens positivas das catadoras (pelas próprias catadoras e pelos seus aliados). Entretanto, a mobilização para mantê-las intensificou a elaboração de imagens depreciativas das mesmas pelos seus oponentes. As posições explicitam diferentes projetos aos quais defensores e opositores se afiliam nas suas disputas.

Os projetos decorrem das disputas instituídas em torno da apropriação dos recursos naturais entre grupos sociais, *a priori*. Tal apropriação está associada a um sistema de valores, crenças e saberes que se relaciona ao que se quer individual e coletivamente. A expectativa quanto à relação que os grupos oponentes têm com o recurso influencia na constituição das imagens que veiculam de si e dos outros (desqualificações, desvalorizações etc.).

A reação dos oponentes das catadoras incide diretamente na diversificação das relações que as catadoras estabelecem para terem acesso aos recursos nas áreas privadas. Com isso, intensificou-se o processo de diferenciação social das mesmas com a ruptura, em muitos casos, de acordos históricos (acesso mediante cuidado com as plantas, sem pagamento) e o estabelecimento de novos acordos (compra da produção ou proibição total do acesso).

O reposicionamento dos atores num dado sistema de relações não se limita ao universo das catadoras, mas se intensifica também entre os diferentes grupos de pesquisadores e técnicos que têm noções diferenciadas quanto ao papel e ao futuro daqueles grupos e do extrativismo, assim como dos seus projetos profissionais. Para uns, é inevitável a extinção da atividade que, apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais. No entanto, eles evidenciam, na evolução de sua extração, três fases distintas: expansão, estagnação e declínio (HOMMA, 1990, 1993). Para outros, é clara a importância dessa atividade para aqueles que compartilham uma história comum associada

aos usos da biodiversidade (ALMEIDA, 2004; EMPERAIRE; LESCURE, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001; CASTRO, 1997) no atual contexto de desequilíbrio ambiental.

CONFLITOS E CONSENSOS: O JOGO DAS DISPUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS

No processo de constituição das disputas pelo acesso aos recursos, nos quais é praticado o extrativismo da mangaba, é perceptível o antagonismo entre duas ideias gerais, às quais se afiliam diferentes grupos de atores. Os denominados pró-extrativismo que defendem a ideia de coexistência do extrativismo com outros modos de produção da mangaba e que valorizam o papel das catadoras na conservação *in situ* dos recursos naqueles territórios. O grupo é constituído por frações de catadoras sem terra, catadoras que possuem pequenas extensões de terra, pesquisadores e técnicos de diferentes instituições. Estes dois últimos grupos são associados a instituições de pesquisa, ensino e intervenção dos governos federal, estadual e municipal. Já os pró-domesticação argumentam na defesa da domesticação das plantas em áreas privadas com incentivos creditícios e de assistência técnica para diferentes tipos de produtores com terra (incluindo catadoras com pequenos sítios, assentados e demais), em detrimento do extrativismo, para eles, sinônimo de devastação dos recursos e de empecilho à modernização. Este grupo é formado por frações de catadoras de mangaba com terra, outros pesquisadores e técnicos associados a instituições de pesquisa e intervenção de diferentes esferas e governos, empresários do turismo e da agricultura, representantes de agências de crédito e proprietários de sítios (casas de férias ou pequenos estabelecimentos).

Os atores afiliados a uma ou outra posição divergem quanto ao papel das catadoras sob a ótica de diferentes compreensões e quanto ao extrativismo em condições socialmente estabelecidas e recriadas continuamente, como discutimos antes. Entretanto, alianças e oposições se estabelecem segundo arranjos variados entre as catadoras de mangaba que, conjuntamente, oscilam entre os acenos da possibilidade de acesso à terra em lotes individuais ou coletivamente mediante o projeto de constituição da Resex Litoral Sul de Sergipe.

Se no I Encontro das Catadoras de Mangaba (2007) um dos principais focos do debate foi a “garantia do acesso livre às áreas de mangabeiras...”, no II Encontro (2009) predominaram reivindicações por “acesso à terra em áreas de mangabeiras”, “novos assentamentos de reforma agrária” e “arrendamento de terra para a comunidade”. Como constatado, há uma

mudança de foco que pode ter sido influenciada tanto pelas características dos participantes que não eram exclusivamente catadoras,¹⁷ como também pelos constrangimentos vivenciados com a diminuição do número de plantas acessíveis para o extrativismo (interdição do acesso via cercamento, corte das mesmas pelos proprietários, falta de conhecimento sobre as condições de funcionamento da Resex etc.) após a mobilização das catadoras no MCM.

No caso do acesso livre em qualquer tipo de Unidade de Conservação, as catadoras de mangaba não conhecem as regras de funcionamento, o número de usuários, o tempo necessário para a tramitação legal etc., além de terem medo de perder o que já adquiriram (casas ou terrenos anexos). Sem contar os problemas no exercício da cooperação imposta via modelos externos (associações e cooperativas). Por sua vez, a domesticação implica novos tipos de dependência dos agentes de intervenção (assistência técnica) e do mercado (insumos e financeiro). A garantia das duas formas de acesso aos recursos (livre e privado) diminuiria a vulnerabilidade, porque, no caso do extrativismo, haveria a obtenção de frutas sem investimento que não aqueles que dependem do trabalho humano.

Assim, no II Encontro houve uma explicitação da compreensão de que o acesso regularizado (individual ou coletivo) e de algum tipo de Unidade de Conservação garantiria a continuidade das catadoras na atividade. Juntamente com estas reivindicações, as catadoras insistiram no apoio à comercialização, crédito e assistência técnica. Entretanto, em 2008, por ocasião das reuniões no Ministério Público Federal em Sergipe (MPF),¹⁸ as representações das catadoras reivindicaram áreas de livre acesso às mangabeiras, provavelmente inspiradas pelos interlocutores presentes que têm entre as suas competências tanto as políticas de acesso à terra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), ao licenciamento ambiental (Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe – Adema), à gestão dos recursos naturais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

¹⁷ De um total de 117 participantes, 16 não eram catadoras, mas representações de outros segmentos sociais como presidentes de associações e de colônia de pesca, secretários municipais, técnicos de Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outros. Das catadoras presentes, boa parte tinha acesso à terra na condição de assentadas e era proprietária de pequenos sítios. Além do mais, a participação dos homens aumentou de 7% no I Encontro para 13% no II Encontro. Diferentemente, no I Encontro a predominância foi de catadoras sem terra que praticavam o extrativismo em áreas de livre acesso.

¹⁸ Em outubro de 2008, após a realização do I Encontro, o MCM mobilizou o MPF-SE no intuito de revelar a situação de ameaças a que estavam sujeitas as catadoras. Em resposta, o MPF-SE compôs um grupo de trabalho interinstitucional, coordenado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e formado por representantes do MCM, Incra-SE, Adema-SE, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe, Ibama-SE, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe (Seides) para subsidiar o planejamento da continuidade da atividade extrativista e conservação das mangabeiras.

Recursos Naturais Renováveis – Ibama), quanto à realização da pesquisa (Embrapa), dentre outros. Sem contar que no grupo de representação das catadoras as duas lideranças mais atuantes vivenciavam processos de disputas pelo acesso livre a duas grandes áreas tradicionalmente utilizadas nas suas respectivas localidades (Povoados Pontal e Capoã, nos municípios de Indiaroba e Barra dos Coqueiros, respectivamente).

Analisando os dois alvos de reivindicação, constatamos que, de um lado, a idealização do passado fomenta a noção do acesso livre. Isto porque permitiria, em tese, a prática de um extrativismo com elementos das experiências anteriores indicados pelas catadoras quanto à socialização e sociabilidades específicas na organização do próprio tempo de trabalho e do ir e vir entre as diferentes atividades. De outro, a obtenção de áreas próprias garantiria a persistência das catadoras na produção da mangaba numa conjuntura em que muitas das plantas, nas quais praticavam o extrativismo, foram cortadas e/ou privatizadas.

Como visto, o pêndulo oscila, ora para a expressão do desejo das catadoras de continuarem as suas práticas do extrativismo em áreas livres (Resex¹⁹ ou outro tipo de Unidade de Conservação), ora pela posse de terra para domesticação das plantas. A reivindicação dos dois modos de acesso aos recursos expressa uma ambiguidade decorrente não só da incerteza, mas também da ansiedade em não querer desperdiçar chances que, porventura, sejam apresentadas.

A contundência do discurso das catadoras de mangaba e de suas representações varia segundo as interlocuções que se estabelecem e as diferentes percepções que têm sido construídas sobre si e sobre os outros no processo de conformação da identidade de catadora. Em se tratando dos seus aliados, é uma concorrência pela definição de políticas públicas específicas que influenciarão nas suas respectivas pautas de trabalho e de consolidação ou não das suas concepções quanto à relação homem-natureza.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo destes anos de pesquisa e intervenção, constatamos que no dia a dia a maioria das disputas tem ocorrido entre as catadoras de mangaba (com e sem terra) e atores externos (empresários do turismo e da agricultura, proprietários de sítios, de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas) em torno da apropriação dos frutos e do

¹⁹ A demarcação da Resex Litoral Sul de Sergipe está em discussão desde 2003 com muitas divergências quanto aos seus limites. A previsão é alcançar áreas dos municípios de Estância, Santa Luzia do Itanh, Itaporanga d'Ajuda e Indiaroba.

corte das plantas. Os empresários têm diferentes referências quanto ao uso das plantas e a noção de propriedade privada com acesso restrito às pessoas autorizadas, particularmente os que chegaram nos últimos anos e que não têm nenhum tipo de compromisso com os habitantes locais, a não ser, ocasionalmente, através de uma relação trabalhista. As suas atividades dependem, em geral, da destruição da vegetação nativa, inclusive das mangabeiras, para a construção de viveiros de camarão e loteamentos. Estas atividades são realizadas rapidamente e quase sem informação para os que residem no local e alimentam uma esperança de obtenção de um emprego assalariado.

Pela incipiente organização política das catadoras localmente e pela desproporcionalidade da força entre elas e os atores externos que se apoiam nas instituições públicas, estas disputas não têm se revelado como um confronto aberto. A concessão de licenciamentos pelas instituições ambientais do Estado parece provocar uma reação de apatia mediante o caráter da legalidade que assume. Em consequência, as catadoras e todos que dependem dos recursos naturais têm reduzidas as suas áreas de trabalho para a prática do extrativismo vegetal e animal.

As disputas entre as catadoras e os demais atores (excluídos os empresários do turismo) se acirraram recentemente mediante a valorização da fruta no mercado e a visibilidade social do MCM apoiado nas alianças com grupos de pesquisadores e técnicos. O objeto da disputa são as frutas, tradicionalmente coletadas pelas catadoras a partir da permissão do proprietário da terra segundo relações amparadas na amizade, camaradagem e parentesco. No presente, entretanto, vigora a interdição do acesso às plantas, quer seja porque os seus proprietários negociam os seus frutos, quer seja pelo temor de perda das áreas para as catadoras mobilizadas no MCM. Ocasionalmente, as catadoras entram e coletam à revelia dos mesmos, segundo o argumento de que as plantas “não têm dono”. Estas são as disputas mais violentas, inclusive com ameaças de morte. Em paralelo, inauguram-se diferentes tipos de compra das frutas entre aqueles que anteriormente vivenciavam relações de camaradagem.

No geral, os oponentes das catadoras (com exceção daqueles que apenas possuem um pequeno estabelecimento na condição de produtores familiares) conseguem tirar mais vantagens das relações de poder existentes pelo fato de acederem com mais facilidade às instituições reguladoras do uso dos recursos (Adema-SE, Ibama, por exemplo) e por terem acesso à informação mais facilmente. Também se amparam na ideia costumeira de que iniciativas exógenas geram empregos e desenvolvimento para as populações desfavorecidas.

No debate sobre a constituição da Resex Litoral Sul de Sergipe, as disputas têm provocado reações diversas, inclusive com a reivindicação de grupos locais de catadoras de mangaba para a exclusão dos povoados onde vivem da área a ser demarcada (Preguiça de Baixo e Preguiça de Cima, no município de Indiaroba). Sabemos, entretanto, que ameaças de ruptura de relações históricas de dependência entre proprietários de terra e estas catadoras consubstanciaram esta oposição. Com isso, algumas catadoras adotam o discurso dos citados proprietários divulgando para as demais o perigo de perda do direito de propriedade (para aquelas que as possuem), da liberdade de ir e vir no litoral sul sergipano e do impedimento das atividades turísticas (possibilidade de ocupação assalariada temporária). Ademais, enfatizam a necessidade de substituição da atuação destrutiva dos recursos por algumas catadoras por outros tipos de ocupação assalariada a serem gerados pelas atividades que poderão ser implantadas se não houver a criação da Resex. Retoma-se, assim, a associação do extrativismo à pilhagem e destruição dos ecossistemas como registrado em outros contextos (LESCURE, 2000), desta feita, por segmentos das mulheres extrativistas que se veem constrangidas e, assim, adotam o discurso do opositor. Os críticos a esta proposição argumentam que a grande maioria das catadoras não detém a posse da terra e, assim, não teria sentido o temor de perdê-la.

As disputas instituídas pelo acesso às mangabeiras têm implicado o investimento e reconhecimento de identidades associadas, tanto as imagens positivas ambientalmente como a negativas associadas à destruição e aos roubos dos recursos pelos grupos sociais envolvidos. Nestas elaborações “destaca-se ainda o poder dos pesquisadores, técnicos e assessores na construção, legitimação e reconhecimento daquelas identidades nos processos de disputas” (ESTERCI, 2002), em que parte do seu conteúdo se redefine conjunturalmente e influencia as estratégias de mobilização. Para Esterci (2002), estes investimentos são partes de processos sociais complexos, nos quais estão envolvidos diferentes atores (individuais e coletivos) que atuam nas esferas públicas e privadas (agências e instituições da sociedade civil e do estado).

Em geral, foram identificadas afiliações dos atores entrevistados a projetos que explicitam especificidades quanto ao acesso aos recursos e às relações sociais daí decorrentes. Entretanto, situacionalmente, atores que pareciam se confrontar em eventos formais (reuniões interinstitucionais), como algumas catadoras de mangaba e proprietários de terra, vivenciam interações no dia a dia do extrativismo, a exemplo da obtenção de autorização para coletar frutos sem pagamento. Este tipo de situação indica que a adesão aos projetos pode variar segundo o momento e o espaço em que

as mulheres catadoras se encontram, variando se elas estão em grupo nas atividades do movimento ou sozinhas numa relação face a face nos seus lugares de residência.

De um modo ou de outro, os atores mobilizam-se para a viabilização dos seus projetos, mas a violência simbólica pela associação recente entre extrativismo e roubo tem inibido a prática da atividade pelos mais jovens e o disfarce da condição de catadora de mangaba por algumas mulheres em situações de tensão. Neste contexto, múltiplos termos, carregados de juízos positivos ou negativos, são usualmente utilizados para denominá-las como parte de um jogo de disputas por bens de diferentes naturezas (terra, plantas, recursos financeiros, prioridade nas políticas públicas, por exemplo).

Os pró-extrativismo, aos quais se afiliam os autores deste artigo, defendem a ideia de coexistência do acesso comum com outros modos de acesso aos recursos, investindo na defesa do seu argumento pelos modos de valorização da tradição e da demonstração de que grupos são capazes de manter os recursos naturais por longas datas. Contrariamente, os pró-domesticação (os pró-extrativismo não são contrários à domesticação da mangabeira, reconhecendo que é de grande importância na exploração do seu cultivo) insistem no destaque à destruição das plantas pelos extrativistas nas áreas comuns pela falta de cuidados com as plantas. Não é incorporado ao debate o fato de que a miséria expressa nas condições de reprodução social das catadoras e suas famílias influencia as suas capacidades de cuidar dos recursos e de si mesmas. Do mesmo modo não se compara a quebra de alguns galhos (atribuídos às catadoras) com o corte das mangabeiras nativas para construções diversas ou plantios de cana-de-açúcar e eucalipto. É óbvio que não há uma ameaça ao sistema de recursos pelas próprias catadoras e também o estoque das mangabeiras não está sendo prejudicado pela retirada dos frutos. Mesmo que sejam retirados todos os frutos, isso não diminuirá a quantidade de unidades da próxima safra, nem prejudicará o sistema, porque sempre há dispersão das sementes por meio de frutos caídos não catados.

Por último, as estratégias utilizadas pelos diferentes atores nas disputas se redefinem continuamente segundo compreensões divergentes quanto à ocupação do espaço, aos modos de uso dos recursos naturais, às concepções em relação ao papel das catadoras e dos agentes de intervenção no desenvolvimento local. Investigar os processos que estão se desenrolando em torno destes temas persiste como um desafio contínuo, particularmente porque nos últimos meses uma grande quantidade de iniciativas tem sido posta em prática por atores que, recentemente afiliados à causa

das catadoras e do MCM, sugerem organizá-las em grupos produtivos (bombons e geleias) e associativos para facilitar a comercialização e a apresentação de reivindicações (associações locais de catadoras de mangaba) aos órgãos competentes. Seriam estas as novas evidências da luta pelo reconhecimento?

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the ways in which agents dispute resources (land, plants and services) relating directly or indirectly to mangaba harvesting in Sergipe. A research and development project carried out between 2003 and 2010, involving the observation of different situations and interviews conducted with key agents, concluded principally that the mobilisation of the female harvesters, supported by external agents, led to an increase in their own social visibility and intensified conflicts with landowners and other agents. The central reason for these conflicts was found to be the appropriation of mangaba and the cutting down of mangaba trees by landowners. The findings showed that antagonism exists between two parties: 1) those who defend the coexistence of native mangaba harvesting and other methods of cultivation plus the enhancement of the role of harvesters in conservation of resources in situ; 2) those who defend domestic cultivation of the plants on private land, with credit and technical assistance for different farmers or land owners (harvesters and others) but at the expense of harvesting native mangaba.

Keywords: mangaba harvesters; in situ conservation; alliances; disputes; natural resources.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro. *As reservas extrativistas e as populações tradicionais*. Entrevista do mês. Disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>. Acesso em: 14/9/2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.

ANDRADE, Maristela de Paula. De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 37-44, 2003.

BARRETO FILHO, Henio T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (Eds.). *Sociedades caboclas amazônicas*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

BLUMER, Herbert. Collective Behavior. In: LEE, Alfred McClung (Ed.). *New Outline of the Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble, 1951. p.166-222.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: Edufba, 2005. 418 p.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. *A constituição local: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará*. 2008. 258f. Tese (Doutorado) – (Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____.; SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Direitos entrelaçados: práticas jurídicas e território quilombola na ilha do Marajó – PA. *Campos – Revista de Antropologia Social*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 9-20, 2010.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: SIMONIAN, Lúgia Terezinha Lopes. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA: NAEA, 2001. p. 15-22.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 175p.

EMPERAIRE, Laure; LESCURE, Jean-Paul. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP. 2000. p. 139-150.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2002.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LÉNA, Philippe. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 3, 2002.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo; ESTERCI, Neide; RAMALHO, José Ricardo. Introdução. In: FERRETTI, Sérgio Figueiredo; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Amazônia desenvolvimento, meio ambiente e diversidade cultural*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 5-16.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*.

2005. 198f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FONSECA, Vania; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. Reestruturação territorial no litoral de Sergipe, Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. Camiñando en una América Latina en transformación. Montevideo: Imprenta GEGA, 2009. p. 79-87.

FREUND, Julien. Préface. In: SIMMEL, George. *Le conflit*. Tradução de. S. Muller. Paris: Éditions Circé, 1995. p. 7-17.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994. (Original: 1925).

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p. 12-14.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica*. Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38p. (Embrapa-CPATU. Documentos, 53).

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.

LAGO, Maria Regina Teixeira. *Babaçu livre e roças orgânicas: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais*. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, Laure (Org.) *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 191-204.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: EUFRGS, 2003. p. 247-294.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. O sertão desencantado (memórias, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno

da. (Orgs.) *Ensaios Desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS, 2002. p. 253-298.

MOTA, Dalva Maria da et. al. *As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007a. 71 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

_____.; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. O extrativismo em tempos de globalização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife: SBS, 2007b.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 47-60, 2003.

PAULILO, Maria Inês Souza. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan.-abr. 2004.

PEREIRA, Emanuel Oliveira. *Extrativismo da mangaba (Hancornia speciosa Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu – SE*. 2008. 88 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-graduação em Estudos e Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PORTO, Maria Stella Grossi. Diferença e identidade como representação social. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WEBER, Silke; DWYER, Tom. *Desigualdade, diferença e reconhecimento*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. p. 35-48.

SANTOS, Jane Velma dos. *O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (Hancornia speciosa Gomes) em Sergipe*. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-graduação em Estudos e Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-293, jul.-dez. 2009.

SCHMITZ, H. et al. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, v. 16, n. 1, p. 157-178, jan./jun. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: FERREIRA, José Maria Carvalho; SCHERER-

WARREN, Ilse. (Orgs.). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. Oeiras: Celta, 2002. p. 231-244.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. *Leis do babaçu livre*: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGCA-UFAM/Fundação Ford, 2006.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260 p.

SIMMEL, Georg. *Le conflit*. Paris: Éditions Circé, 1995. 159p.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 271p. (Original: 1994)

VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Simmel*. Tradução de Marcos Roberto Flamínio Peres. Bauru: Edusc; Belém: EDUFPA, 2005. 224 p. (Original: Éditions La Découverte, Paris, 2001).

WIEVIORKA, Michel. Diferenças nas diferenças? In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WEBER, Silke; DWYER, Tom. *Desigualdade, diferença e reconhecimento*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. p. 15-34.